

LITÍGIO ESTRATÉGICO E SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Evorah Lusci Costa Cardoso

Prefácio
José Eduardo Faria

COLEÇÃO FÓRUM
DIREITOS HUMANOS



4

A principal questão deste livro é compreender por que os atores sociais participam do sistema interamericano de direitos humanos. Com que finalidade apresentam denúncias de violações de direitos humanos cometidas pelos Estados? Mais do que a reparação individual da vítima, tais atores buscam formar precedentes, alterar políticas públicas, legislação e jurisprudência dos tribunais domésticos, atividade que eles mesmos denominam litígio estratégico. A obra, a partir de entrevistas, reconstrói as dificuldades e as oportunidades de litígio estratégico no sistema interamericano e conclui que para seu sucesso no Brasil um número maior de entidades deveria focar-se na implementação das decisões “favoráveis”, com o objetivo de internalizar a jurisprudência do sistema interamericano à engrenagem institucional doméstica.

Evorah Lusci Costa Cardoso

Pesquisadora do Núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP). Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo. Mestre e doutora pelo Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade de São Paulo.

Coleção Fórum
DIREITOS HUMANOS
volume 4

Evorah Lusci Costa Cardoso

LITÍGIO ESTRATÉGICO E SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Prefácio
José Eduardo Faria

Área específica:
Sociologia Jurídica.

Áreas afins:
Direitos Humanos. Direito Internacional.

Público-alvo/consumidor:

Estudantes e professores, com finalidade didática de maior compreensão da dinâmica de trabalho do sistema interamericano e da atuação da sociedade civil. ONGs de direitos humanos e membros do Ministério Público e Defensoria Pública, que procurem informações sobre como litigar no sistema interamericano e sobre o que é litígio estratégico.

Formato: 14,5x21,5 cm
CÓDIGO: 10000225

C268I Cardoso, Evorah Lusci Costa

Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos / Evorah Lusci Costa Cardoso; prefácio de José Eduardo Faria. Belo Horizonte: Fórum, 2012. (Coleção Fórum Direitos Humanos, 4)

220 p.
Coordenadores da coleção: Inês Virginia P. Soares; Marcos Zilli
ISBN 978-85-7700-535-2

1. Direitos humanos. 2. Sociologia jurídica. 3. Direito internacional. I. Faria, José Eduardo. II. Coleção Fórum Direitos Humanos. III. Título.

CDD: 341.27
CDU: 342.7

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CARDOSO, Evorah Lusci Costa. *Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos*. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 220 p. ISBN 978-85-7700-535-2. (Coleção Fórum Direitos Humanos, 4).

SUMÁRIO DO LIVRO:

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES/QUADROS

PREFÁCIO

José Eduardo Faria

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

O QUE É LITÍGIO ESTRATÉGICO?

- 1.1 Litígio estratégico – A construção de um discurso-prática
- 1.2 Sistematização e problematização do discurso-prática do litígioestratégico

CAPÍTULO 2

CICLO DE VIDA DO LITÍGIO ESTRATÉGICO NO SISTEMA INTERAMERICANO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA VISÃO DE SEUS ATORES

- 2.1 Metodologia para realização das entrevistas
- 2.2 Os organismos do sistema interamericano como promotores e atores de litígio estratégico
- 2.3 O papel das ONGs no sistema interamericano
- 2.4 “Litígios estratégicos” no sistema interamericano e a partir do sistema interamericano
- 2.5 Escolha de casos e organização interna das ONGs
- 2.6 Gargalos à tematização no sistema interamericano
- 2.7 Dificuldades de acesso ao sistema interamericano
- 2.8 Trâmite dos casos no sistema interamericano
- 2.9 Incorporação da jurisprudência do sistema interamericano

CAPÍTULO 3

LITÍGIO ESTRATÉGICO NA CORTE INTERAMERICANA E A PARTIR DE SUA JURISPRUDÊNCIA

- 3.1 Litígio estratégico na CrIDH
 - 3.1.1 Condições para o litígio estratégico na CrIDH – Mecanismos de participação
 - 3.1.2 Quem participa?
 - 3.1.3 Modelo de análise do litígio estratégico na CrIDH
- 3.2 “Litígios estratégicos” e leis de anistia no sistema interamericano
 - 3.2.1 Formação precedentes na CrIDH
 - 3.2.1.1 Inadmissibilidade das leis de anistia
 - 3.2.1.2 Crimes contra a humanidade
 - 3.2.1.3 Dever de cooperação entre os Estados (investigar e extraditar)
 - 3.2.2 Utilização de precedentes da CrIDH
 - 3.2.2.1 Suprema Corte da Argentina e inconstitucionalidade das leis de anistia
 - 3.2.3 A “revisão” da Lei de Anistia no Brasil
 - 3.2.3.1 Supremo Tribunal Federal e o debate sobre a constitucionalidade da Lei de Anistia

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

APÊNDICE A – LISTA DE ATORES NÃO ESTATAIS EM CASOS CONSULTIVOS

APÊNDICE B – LISTA DE ATORES NÃO ESTATAIS EM CASOS CONTENCIOSOS

APÊNDICE C – MODELO DE ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DA CRIDH